

Dívida e comércio em debate nos EUA

Nova Iorque — A vinculação entre dívida e comércio será analisada a partir de hoje, nesta cidade, por representantes dos principais países devedores da América Latina, assim como de governos e bancos credores, políticos, empresários e técnicos.

A chamada «reunião de cúpula sobre dívida e comércio» é patrocinada pelos senadores Bill Bradley, do Partido Democrata, e pelos republicanos Jack Danforth e Pete Domenici, assim como pelos representantes Jim Wright, democrata, e Jack Kemp, republicano.

Segundo os organizadores, após ignorar o problema da dívida externa durante anos por considerá-lo temá exclusivo de economistas e banqueiros, legisladores dos dois partidos manifestaram interesse em «fazer algo» no próximo ano para enfrentar a situação.

Tanto o novo líder da maioria democrata no Senado, Robert Bird, como Wright, que presidiu a Câmara Baixa, já mencionaram o tema da dívida como prioritário durante o período Legislativo que será iniciado em janeiro.

Reunião

A reunião de hoje e amanhã no Hotel Waldorf Astoria discutirá «alternativas realistas» e ideias para novos projetos a serem apresentados no Congresso norte-americano, entre elas uma lei comercial elaborada pelos democratas.

Anuncia-se a participação dos ministros de Finanças da Argentina, Mário Brodersohn; Brasil, Dilson Funaro; e Venezuela, Manuel Azpurua, bem como do vice-presidente da Guatemala, Roberto Carpio Nicolle, do diretor do Banco Central brasileiro, Persio Arida; e pelo México, o governador do Banco do México, Miguel Mancera, e o subsecretário de Fazenda, Jaime Serra.

Haverá também expositores do governo norte-americano, encabeçados pelo secretário do Tesouro James Baker, dos países credores ocidentais reunidos no «Clube de Paris», banqueiros, empresários, economistas e acadêmicos.

Propostas

O senador Bradley propôs aliviar o peso da dívida sobre os países do Ter-

ceiro Mundo mediante a redução dos juros que os bancos cobram pelos empréstimos. Outro senador democrata, Paul Sarbanes, sugeriu um plano mediante o qual se comprariam com desconto os empréstimos que os bancos fazem ao estrangeiro, transferindo a diferença dos juros aos devedores.

Entretanto, as possibilidades de levar à prática essas iniciativas são consideradas remotas para alguns críticos, os quais asseguram que qualquer coisa que o congresso tentar fazer terá mais simbolismo do que substância.

O secretário do Tesouro, Baker, disse que o Plano de Bradley é irreal, porque embora pudesse aliviar a curto prazo os problemas dos devedores ao fazer com que os bancos diminuam os juros, estes se negariam depois a conceder novos créditos. Além disso, assegurou, a queda de juros apenas não seria suficiente para cobrir as necessidades dos devedores.

Outras críticas afirmam que seria ilusório pensar que o congresso poderia aprovar uma maior ajuda em espécie aos países endividados, em vista dos problemas de orçamento nos Estados Unidos que obrigaram a reduzir inclusive as contribuições ao Banco Mundial e outras instituições internacionais de crédito.

Assinala-se também um grande obstáculo institucional: a tradicional relutância dos legisladores em usurpar ao departamento do tesouro a tarefa de formular a política econômica internacional do país.

Michael Aho, especialista em comércio do Conselho de Relações Internacionais, uma instituição privada, declarou recentemente que os legisladores «falarão um pouco mais sobre o problema da dívida e sua vinculação com o comércio, porém a longo prazo é provável que isso não se traduza em nenhuma lei concreta».

A reunião será iniciada amanhã com uma exposição de Baker e uma mesa-redonda onde serão discutidas as possibilidades de manter o crescimento do mundo industrializado sob o atual peso da vultosa dívida do Terceiro Mundo.